



Reforma tributária, já!

Na tentativa de proteger o emprego, há alguns anos o governo reduziu a contribuição patronal sobre o INSS de diversos setores. Empresas de teleatendimento, por exemplo, passaram a contribuir sobre o faturamento, em lugar dos 20% da folha de pagamento. Agora, diante da crise econômica e dos escassos resultados, o governo quer acabar com essa concessão.

Grandes empresários protestaram, alegando que o governo está aumentando a carga tributária. Não é verdade. Estão sendo cortadas as vantagens, os privilégios. Os que podem reclamar são os trabalhadores assalariados, a classe média.

É necessária uma reforma tributária que desonere os pobres, a classe média e os pequenos empresários. E que taxe os de altíssimo poder aquisitivo, as grandes fortunas. O Imposto de Renda, por exemplo, precisa ser alterado.

No Brasil, um trabalhador que ganha R\$ 2 mil líquidos, paga Imposto de Renda. Não interessa se paga aluguel e tem um alto custo com o transporte. Quem tem rendimento superior a R\$ 50 mil mensais, ou mais, está na mesma faixa de desconto de quem ganha dez vezes menos.

Estudo do Dieese (apresentado nesta edição) mostra que é possível elevar a cerca de R\$ 3 mil a faixa de isenção do Imposto de Renda. E reduzir as faixas logo acima, sem que o Poder Público perca arrecadação. Basta, como ocorreu em outros países, criar percentuais maiores para os setores com altíssima faixa de renda.

São reformas como essas que o Brasil reclama e que precisamos debater.



Gilberto Palmares

Operação Zelotes: sonegação rouba R\$ 19 bilhões dos cofres públicos

Valor é três vezes maior que o investigado na Operação Lava Jato. PF diz que é a maior fraude tributária do país. A mídia esconde. Por quê?

Deflagrada pela Polícia Federal em março deste ano, a operação investiga um esquema de corrupção envolvendo o Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), órgão da Receita Federal, e grandes contribuintes como bancos, montadoras de automóveis e siderúrgicas. São 74 processos, num total de R\$ 19 bilhões de dívidas não pagas por empresas como a BR Foods, Camargo Correa, TIM, Embraer, RBS (rede gaúcha de televisão, afiliada à Globo), e bancos como o Santander e o Safra.

O Carf é a última instância à qual o contribuinte pode recorrer para anular dívidas com a Receita Federal. A Operação Zelotes, desencadeada a partir de uma denúncia anônima, desmantelou um esquema no qual os grandes devedores pagavam propinas aos conselheiros para que esses votassem a favor da reversão da dívida.

Apesar dos valores estratosféricos envolvidos, a mídia tem dado um destaque que não chega nem perto do noticiário da Operação Lava Jato. Esse tratamento diferenciado foi criticado pelo procurador Frederico Paiva. Para o procurador, quando os escândalos envolvem políticos, mídia e Judiciário se "sensibilizam". Já quando se trata do poder econômico, a situação muda de figura.

Os bancos, as operadoras de telefonia e as grandes construtoras estão entre os maiores anunciantes da mídia.

Na mira da Receita Federal

As fraudes cometidas por grandes empresas e famílias bilionárias para burlar o Imposto de Renda não são novas. A novidade é que, hoje, com mais transparência no uso de recursos públicos e maior acesso às informações, graças à Internet, os esquemas se tornam conhecidos. Grandes conglomerados empresariais estão sendo investigados e processados pela Receita Federal. Entre eles as Organizações Globo e o Banco Itaú.



Rede Globo

Para não pagar os impostos devidos pela exclusividade de transmissão da Copa de 2002, o Sistema Globo usou 11 empresas criadas em paraísos fiscais. O valor devido à Receita Federal é superior a R\$ 700 milhões. O lucro da TV Globo em 2014 foi de R\$ 16 bilhões. A família Marinho é a mais rica do Brasil, segundo lista da Revista Forbes.



Banco Itaú

Na fusão com o Unibanco, em 2008, o Itaú deixou de recolher mais de R\$ 18 bilhões em Imposto de Renda e contribuição social. O Itaú é o maior banco do Brasil e um dos 500 maiores do mundo. Em 2014, seu lucro foi de quase R\$ 21 bilhões, valor 29% maior que o lucro de 2013. A família Villela, dona do banco, é a sétima mais rica do Brasil.

Justiça de espetáculo

Ex-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e da Comissão da Verdade do Rio, eleito 1º suplente de deputado federal pelo PT nas eleições de 2014, o advogado Wadlih Damous assumiu recentemente uma cadeira na Câmara Federal. Defensor intransigente do estado de direito, Wadlih analisa a atuação da Justiça nos processos envolvendo corrupção e sonegação e, em especial, na Operação Lava Jato.

Direito de Opinião - Como o senhor avalia a atuação da Justiça na operação Lava Jato?

Wadlih Damous - Infelizmente tem sido recorrente em nosso sistema de Justiça certo gosto pela justiça do espetáculo. O professor e jurista Rubens Casara, esses dias deu uma entrevista interessante sobre esse fenômeno. É uma Justiça que troca os papéis do sistema acusatório e coloca o magistrado para acumular a função de órgão de acusação. Essa inversão de papéis possibilita aquilo que o jurista e escritor italiano Franco Cordero chamou de quadro mental paranoico do juiz que, ao invés de ser baliza dos direitos fundamentais, termina por se tornar verdadeiro inquisidor. Se o juiz acusa, quem julgará? Então, a Operação Lava Jato é um produto dessa inversão do sistema. Mas não foi a primeira.

Direito de Opinião - O senhor é a favor da delação premiada, infiltração de agentes e quebras de sigilos em todos os processos?

Wadlih Damous - Totalmente contra. Essas técnicas de investigação foram importadas do Direito norte-americano sem que houvesse o mínimo filtro constitucional. E tem se mostrado

uma catástrofe para o sistema de Justiça, porque muitos militantes de movimentos sociais foram presos ao exercerem cidadania nas ruas com base na lei das organizações criminosas. É o que o ex-ministro da Suprema Corte argentina Eugênio Zaffaroni defende em seus estudos no sentido de que, uma vez ampliado o Estado policial, perdemos completamente o controle. Sou totalmente contrário à ampliação do Estado policial e atuei firmemente no Congresso para barrar qualquer proposta nesse sentido.

Direito de Opinião - O senhor acha que o juiz Sergio Moro tem lado? Isso atrapalha a Justiça?

Wadlih Damous - O problema da troca de função entre órgão acusador e magistratura não é exclusividade de um ou outro juiz. Pode se dizer que ao desrespeitar os direitos fundamentais dos acusados, negar vigência ao devido processo legal e à ampla defesa todo magistrado que tenha essa postura não só atrapalha a Justiça como comete abuso de poder.



Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Sonegação

Imposto de Renda: rico tem que pagar mais

A tabela atual do Imposto de Renda é composta de cinco faixas. Quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês não tem nenhum desconto. Na faixa mais alta, com salário acima de R\$ 4.664,68 mensais, o desconto é de 27,5%. Esse mesmo percentual vale para quem ganha R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, R\$ 200 mil por mês.

É justo? Não, não é.

Por isso, uma das principais reivindicações dos trabalhadores assalariados é a correção anual da tabela do Imposto de Renda pelo índice da inflação.

Entre 1976 e 1978, o Brasil tinha 16 faixas de desconto de Imposto de Renda. A partir de 1989 houve redução no número de faixas e depois de 1990 se limitou a apenas três. Foi só em 2009 que a tabela foi alterada para o modelo atual, de cinco faixas

Como é possível ter um sistema tributário que ajude a distribuir melhor a renda e a riqueza gerada no país?

Estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) apresenta 10 propostas para uma tributação mais justa. Entre elas:

. a correção da tabela, aumentando o número de trabalhadores isentos do desconto; e a criação de duas novas faixas, com alíquotas de 30% e 35% para os salários de muitos milhares de reais.

Nos anos 1990 a tabela do IR ficou sem reajuste. Só a partir de 2005, no primeiro governo Lula, os reajustes voltaram a ser anuais.

Em 2005, a tabela foi corrigida em 10%. Em 2006, houve reajuste de 8% e, desde 2007, os reajustes anuais têm sido de 4,5%. Neste ano de 2015, depois de muita pressão, o governo concordou em aplicar um reajuste escalonado de 4,5% a 6,5% na tabela do IR. Para os salários mais baixos, a correção da tabela foi maior. Para os salários mais altos, a correção da tabela ficou em 4,5%.

Com isso, o limite de isenção cresceu. Antes, quem ganhava até R\$ 1.787,77 era isento. Com a alíquota corrigida para 6,5%, os trabalhadores com renda até R\$ 1.903,98 por mês entraram na faixa de isenção.

Mas é preciso avançar mais. Se no período de 1996 a 2015 a tabela tivesse sido corrigida pela inflação acumulada, em janeiro de 2015 os limites de isenção e das demais faixas seriam 64,37% maiores, de acordo com o Dieese.

Renda	Alíquota	Dedução
até R\$ 2.938,58	isento	----
De 2.938,59 a 4.399,05	7,5%	220,39
De 4.399,06 a 5.872,05	15,0%	550,69
De 5.872,06 a 7.337,22	22,5%	991,09
Acima de 7.337,22	27,5%	1.357,95

Fonte: Receita Federal

Denúncias Vazias

Quantas notícias contra o governo e o PT a imprensa produziu nos últimos meses sem que as informações fossem confirmadas? Foram tantas que contá-las é um desafio. Capas de revistas, manchetes de jornal, reportagens em rádios e TVs dão destaque a acusações infundadas. As muitas notícias que se revelam falsas não recebem, posteriormente, o desmentido com a mesma repercussão. O jornalista, professor e doutor Nilson Lage conversou com o Direito de Opinião sobre o papel da imprensa e a proposta de regulação da mídia.

Direito de Opinião - Como o senhor analisa a postura atual da grande imprensa?

Nilson Lage - Há o claro engajamento da mídia em campanha para recolocar no governo políticos capazes de restaurar o estado de coisas anterior à eleição de 2002. Trata-se da articulação de um conjunto de agentes sociais – empresários, por exemplo, das áreas de saúde e educação – que se sentem prejudicados com a expansão da área pública; setores do Judiciário de tradição acadêmica liberal ou vinculados a grupos econômicos (aos “grandes escritórios” de advocacia); representantes de interesses de bancos estrangeiros e nacionais que se julgam ameaçados.

Direito de Opinião - A regulação da mídia é o caminho para evitar que esses casos se repitam?



Nilson Lage - É um passo necessário adiante, mas não basta. Poderá promover a pluralidade de veículos, mas não, necessariamente, a pluralidade de posições políticas e critérios editoriais; veja-se, por exemplo, o que ocorre com as muitas emissoras de rádio concorrentes em regiões metropolitanas. Critérios editoriais respondem, em última análise, à conjunção de mecanismos de financiamento e fontes publicitárias que não se alterariam, na essência e de imediato, com a quebra da absurda concentração da mídia brasileira. Os ganhos pretendidos compreendem a regionalização da publicidade e da ótica editorial; maior espaço para discursos alternativos; e a possibilidade de surgirem polos de opinião oriundos de interesses econômicos hoje silenciados e que se beneficiam do desenvolvimento do Brasil, nas áreas agrícola, de indústria pesada etc.

Acredito que o Brasil deveria investir pesado em sua empresa pública de comunicação, da produção televisiva à expansão da cobertura nacional e internacional. Nesse sentido, temos a experiência exitosa da Rádio Nacional nas décadas de 1940 e 1950.

Direito de Opinião - E o que dizer aos que alegam que a regulação é uma forma de censura?

Nilson Lage - Um discurso puramente retórico, oriundo da Sociedade Interamericana de Imprensa – holding ligada ao Departamento de Estado americano que coordena a grande mídia na América Latina. Trata-se, pelo contrário, de implementar e dar condições de atuação à livre concorrência entre empreendedores nas áreas de entretenimento, artes cênicas e informação.

Direito de Opinião - Diante do quadro atual, como realizar o embate contra a manipulação da informação?

Nilson Lage - Plantar a semente na opinião pública e lutar por uma representação menos plutocrática no Congresso Nacional.

Deu na mídia



Jornal Extra - 02/05/2015



O pré-sal é nosso. A Petrobras também.

Este ano a empresa recebeu prêmio internacional por sua capacidade técnica em explorar petróleo em grande profundidade

Eles não desistem. Depois dos inúmeros ataques à Petrobras através da operação Lava Jato, o PSDB se empenha em nova articulação para enfraquecer a empresa.

Por lei, a Petrobras tem a exclusividade na exploração do pré-sal e participação mínima de 30% em cada bloco licitado. O PSDB, no entanto, quer alterar essas regras e acabar com o regime de partilha de produção. Por esse regime, o Estado brasileiro fica com parte do petróleo do pré-sal, gerando um Fundo Social Soberano para investimentos em saúde e educação. Um projeto de lei de autoria do senador José Serra (PSDB/SP) ameaça acabar com a obrigatoriedade legal que garante à empresa a exploração do pré-sal.

Projeto do senador José Serra (PSDB) quer abrir o pré-sal para as multinacionais

Em março deste ano, o no Senado com o Projeto de Comissão de Constituição, José Serra vem tentando com outras duas comissões

Econômicas e a de Serviços de Infraestrutura. Se o texto for aprovado em consenso o projeto sequer será submetido ao plenário da Casa e seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

E a estratégia de ataque dos tucanos vai além. Outros dois Projetos de Lei do PSDB também tramitam em paralelo na Câmara, com o objetivo de abrir o pré-sal para as multinacionais.

Mexer no regime de partilha é retirar do povo brasileiro a garantia de que a riqueza produzida pelo pré-sal seja investida no Brasil, especialmente em saúde e educação. Além disso, ameaça a Petrobras como grande empresa de energia que fortalece a indústria nacional gerando empregos e renda no nosso país.

Apesar de todas as articulações contrárias, a empresa tem demonstrando capacidade de resistência. Além de ter apresentado lucro de R\$ 5,3 bilhões no primeiro trimestre, em plena crise, houve aumento em 12,7% da produção em relação ao mesmo período de 2014.

Com uma média diária de barris de óleo e gás, a estatal produtora de petróleo do A Petrobras produz 800 mil pré-sal, suficiente para Chile, Peru, Equador, Uruguai, Há cinco anos, essa produção capacidade técnica dos

Com quase 3 milhões de barris/dia, a Petrobras é a maior produtora de petróleo do mundo

explorar petróleo a mais de sete mil metros de profundidade rendeu recentemente à empresa o prêmio OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions, o maior reconhecimento internacional do setor. Essa empresa competente e compromissada com o Brasil não interessa ao PSDB, que sempre quis privatizá-la. Agora eles querem fazer o mesmo com o pré-sal, mas não vamos permitir. O pré-sal é nosso.

José Maria Rangel
coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Antonio Neiva, presente!

Dedicamos esta edição à memória de um lutador das causas sociais, de um militante aguerrido, de um combatente do socialismo, o companheiro Antonio Neiva. De uma família de políticos, Neiva iniciou sua militância no movimento estudantil. Integrou a Ala Vermelha do PCdoB e foi um dos fundadores do PT do Rio de Janeiro. Morreu no dia 24 de maio, aos 66 anos, vítima de pneumonia.



Expediente

Coordenação: Gilberto Palmares ● Jornistas: Rosa Leal, Rosângela Fernandes e Tatiana Guimarães ● Projeto Gráfico: Julia Galvão
Colaborou nesta edição: José Maria Rangel ● Impresso na 3Graph ● Tiragem: 3 mil

Para falar com Direito de Opinião: ● telefone: 21 2263.9084 ● e-mail: jornaldireitodeopiniao@gmail.com

Viva São João!

*"Pula a fogueira iaiá/ Pula a fogueira ioiô
Cuidado para não se queimar/ Olha que a fogueira já queimou o meu amor".*

As festas juninas, louvando Santo Antônio, São João e São Pedro, já entraram no calendário oficial do Brasil. Além de movimentar a economia, a comemoração tem características próprias: as danças de quadrilhas, que são um espetáculo; e as comidas e bebidas típicas como quentão, arroz doce, maçã do amor e outras iguarias de dar água na boca.

Embora sejam comemoradas nos quatro cantos do Brasil, é no Nordeste que as festas ganham uma grande expressão. Como é uma região onde a seca é um problema grave, os nordestinos aproveitam as festividades para agradecer as chuvas que mantem a agricultura.

No Rio de Janeiro, a enorme colônia nordestina fez da Feira de São Cristóvão um pedaço da região, um território de resistência da cultura e da tradição de paraibanos, pernambucanos, cearenses, potiguares, baianos, piauienses, sergipanos, maranhenses. Para homenagear esses brasileiros que têm contribuído para enriquecer a economia e a cultura carioca, está na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 5645/14 criando o Dia Estadual do Nordeste, em 12 de dezembro.

"O Nordeste tem mais de 55 milhões de habitantes. A cultura do nordestino vai muito além das festas juninas. A variedade de produtos artesanais na região é imensa, desde as redes tecidas, as rendas, até os produtos de couro e cerâmica. Sem falar na literatura, com nomes como Ariano Suassuna, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Manoel Bandeira, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto; e a literatura de cordel, com Patativa do Assaré entre inúmeros outros. Homenagear essa riquíssima cultura e esse povo que tanto tem feito pelo Brasil e pelo Rio, é quase uma obrigação", diz o autor do PL, Gilberto Palmares.

DIREITO DE OPINIÃO

On-line

Para ler todas as edições de Direito de Opinião acesse

www.gilbertopalmares.com.br